

O comércio de gado e uma gravíssima epidemia na vila da Parnaíba: as relações entre o comércio e doenças no Piauí, 1772-1786

The cattle trade and a very serious epidemic in the village of Parnaíba: the relationship between trade and diseases in Piauí, 1772-1786

Gutiele Gonçalves dos Santos
Mestranda em História
COC/FIOCRUZ
gutielegoncalves12@gmail.com

Recebido em: 08/04/2021

Aprovado em: 07/10/2021

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a relação do comércio de carnes e couros do gado vacum e cavalari com as epidemias que atingiram a população da Vila de São João da Parnaíba, localizada na Capitania do Piauí no período de 1772 a 1786. As “oficinas de matança” – local onde acontecia o abate dos animais – ao mesmo tempo que eram espaços em potencial para os negociantes daquela região, também foram apontados como ambientes insalubres que provocavam epidemias anuais. Dessa forma, a partir do diálogo com a historiografia da saúde e da escravidão, o presente estudo analisa os discursos das autoridades coloniais, os embates de opiniões sobre as oficinas de gado e a relação entre epidemias, comércio e escravidão.

Palavras-Chave: Comércio; Escravidão; Epidemias.

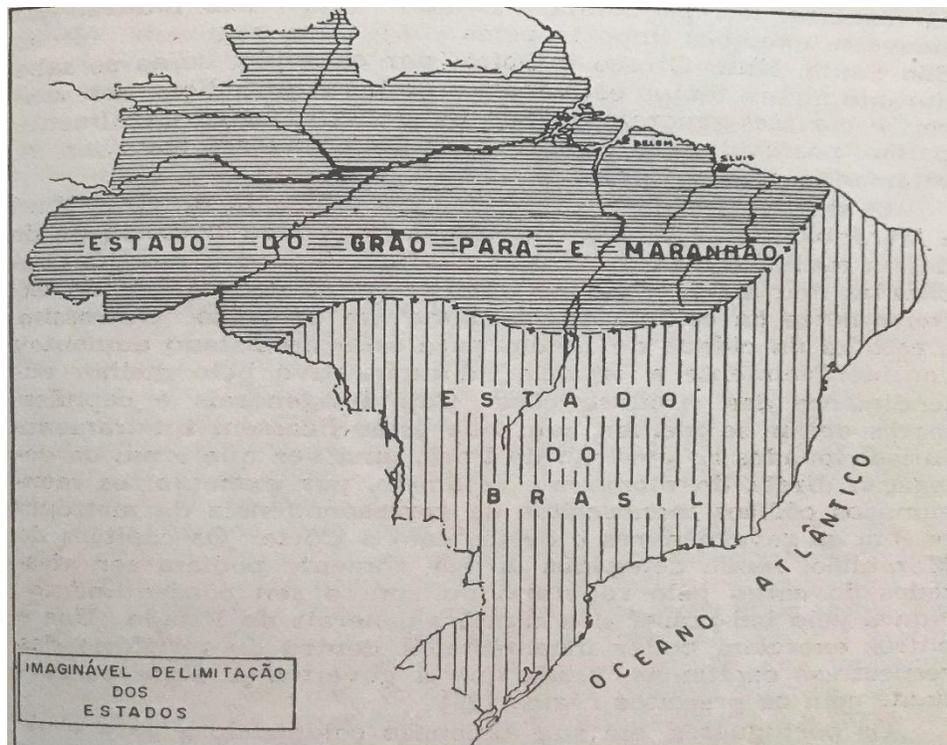
Abstract: This article aims to analyze the relationship between the trade in meat and hides of cattle and horses with the epidemics that hit the population of Vila de São João da Parnaíba, located in the Captaincy of Piauí. The “killing workshops” – the place where the animals were slaughtered – while being a potential space for business in that region, was also pointed out as an unhealthy environment that caused annual epidemics. Thus, based on the dialogue with the historiography of health and

slavery, this study will analyze the discourses of colonial authorities, the clashes of opinions on cattle workshops and the relationship between epidemics, trade and slavery in the period from 1772 to 1786.

Keywords: Commerce; Slavery; Epidemics.

Introdução

Imagem 1: O Brasil dividido em duas grandes regiões



Em 1621, o Brasil foi dividido em duas grandes regiões: o Estado do Maranhão (norte) e o Estado do Brasil (sul). Fonte: DIAS, Nunes Manuel. **A companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)**. Volume 1. Coleção Amazônica. Série: José Veríssimo. Belém: UFPA, 1970, p. 121

Para compreendermos a dinâmica comercial e as doenças que atingiram a população da Vila da Parnaíba, na Capitania do Piauí, é necessário fazer uma breve contextualização dessa região no século XVIII. O território no qual compreendemos hoje por Brasil passou por inúmeras

configurações territoriais. Em 1621, o que denominamos de Brasil foi dividido em duas grandes regiões: o Estado do Maranhão (norte), compreendido por duas capitanias gerais, a saber: Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luís, e o Estado do Brasil (sul) que abrangia as capitanias desde o Rio Grande até São Vicente, com sede em Salvador – cedendo lugar posteriormente ao Rio de Janeiro. Nas palavras do Padre José Xavier da Fonseca Pinto “Ambas estavam sujeitas à Coroa portuguesa, mas sob diferentes administrações. O Estado do Maranhão era menos rico em população, mas superior ao Estado do Brasil em território e riquezas naturais” (PINTO, 1860:3).

Quando falamos do Estado do Maranhão, estamos nos referindo a uma enorme região em termos territoriais, portanto, “uma área que corresponderia mais ou menos aos atuais Estados ‘brasileiros’ de Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Tocantins, Piauí, Maranhão e Mato Grosso” (CARDOSO, 2011, p. 320). O controle da Coroa sob essas terras não foi algo fácil, sobretudo pelas constantes investidas de ocupação pelos franceses, ibéricos e holandeses, o que resultou em inúmeras disputas. Em consequência, a Coroa portuguesa se interessou em melhor definir seus limites territoriais de modo a facilitar a administração e evitar eventuais problemas de fronteiras com outras potências europeias (HESPANHA, 2010, p. 51).

No século XVIII foi incorporado ao Estado do Maranhão e Grão-Pará, a capitania do Piauí (1758) e a capitania do Rio Negro (1755). Em 1751, acontece outra reconfiguração territorial e, o até então Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luiz, passa a ser chamado Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém, composto pelas capitanias do Rio Negro, Grão-Pará, Maranhão e Piauí.

Essa divisão permanece até 1772, ano em que ocorre a separação dessas unidades administrativas e ficam independentes entre si, formando de um lado o Estado de Grão-Pará e Rio Negro e do outro o Estado do Maranhão e Piauí. Dessa forma, 1772 marca o início do recorte temporal deste artigo, já que essas reconfigurações afetaram a capitania do Piauí de inúmeras maneiras, principalmente em questões administrativas e religiosas. Ora pertenceu à administração da Bahia, ora a Pernambuco e ficou sob a jurisdição do Maranhão durante praticamente todo o século

XVIII e permaneceu assim até 1811 com a elevação do Piauí a capitania independente, quando de fato ocorreu a separação entre essas unidades administrativas.

O recorte temporal deste artigo se encerra em 1786, momento em que o Governador José Teles tenta interferir na mudança de local da “Oficina de matança” de gado na Vila da Parnaíba, no Piauí, por motivo das epidemias que assolavam aquela região em virtude do comércio de carne e couro do gado *vacum* e cavalar.

As doenças que acometiam os povos indígenas e a população negra, bem como as práticas de cura que eram utilizadas na tentativa de restabelecer a saúde em corpos adoecidos, consegue nos apresentar diversas características de uma sociedade. A partir da década de 1990, no Brasil, começam a surgir pesquisas que se dedicam a compreender os aspectos de uma sociedade escravista e da vida cotidiana dos sujeitos escravizados, através de uma perspectiva da história da saúde em diálogo com a história da escravidão. Duas pioneiras sobre estudos que se propõem a desenvolver essa análise são Mary Karasch e Ângela Porto.

Os saberes e as práticas de cura exercidas tanto pelos povos indígenas, quanto de africanos foram importantes para contornar momentos de crise. Vale ressaltar que a constituição da ciência e medicina nos moldes europeus teve forte influência dos saberes de povos indígenas e africanos. Ambos conviveram e compartilharam os mesmos espaços, foram agentes ativos e importantes no processo de colonização. (RIBEIRO, 1997)

Apesar dos estudos nessa área de pesquisa terem início na década de 1990, é somente em 2010 que há uma concentração maior acerca dessa produção historiográfica. Mas em muitas regiões – como é o caso do recorte temporal deste artigo – praticamente não há estudos sobre essa temática. É importante situar que a experiência social a respeito da saúde, doenças e práticas de cura é particular de cada sociedade, pois possuem significados próprios a depender do período, do contexto histórico e dos espaços analisados. De acordo com Charles Rosenberg e Janet Goldem, a doença é um “amalgama que envolve tanto a sua natureza biológica como os sentidos que lhe são atribuídos

pela sociedade” (ROSENBERG; GOLDEM, 1997, p. 23). Ou seja, as doenças podem ser ao mesmo tempo um fenômeno social e biológico.

Essa perspectiva nos permite compreender como a doença estava permeada na sociedade de múltiplas formas, e que as análises históricas sobre as doenças não devem se limitar apenas aos adoecimentos dos corpos, mas também perceber como atingiram estruturas sociais. Para o historiador Jacques Le Goff a “doença pertence não só a história superficial dos progressos científicos e tecnológicos como também à história profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às instituições, às representações, às mentalidades” (LE GOFF, 1995, p. 8). Dessa maneira, o debate estabelecido neste artigo, tem como foco compreender não somente as epidemias relacionadas a “matança do gado”, mas também seus impactos sociais, econômicos e políticos.

As discussões que focalizam a escravidão fora dos limites urbanos e dos considerados grandes centros ainda são escassas. O diferencial da presente proposta de análise é fazer um estudo sobre uma localidade que é pouco estudada na historiografia no contexto da escravidão no século XVIII, abordando questões relacionadas às doenças. Ao pesquisar essa temática pretendo ampliar as possibilidades de debates e compreender a história do Piauí a partir de um complexo conjunto de interconexões entre escravidão, comércio e epidemias, analisando uma região específica do Piauí na segunda metade dos setecentos: a vila de São João da Parnaíba.

Essa região se localizava em um ponto estratégico e excelente para o comércio do gado, já que poderiam estabelecer comércio tanto por vias marítimas, quanto por vias terrestres, isso porque se localizava no litoral, mas também estava próximo dos sertões. Assim, os primeiros currais de gado foram instalados nos afluentes do Rio Parnaíba, região que daria início a formação do território piauiense (ALVES, 2003). Esse cenário das conexões configura uma economia rural nos sertões marcada ao mesmo tempo pelo movimento de sujeitos, motivado sobretudo, pelo comércio e pela interferência do ser humano na natureza (LINHARES, 1996). Alterando uma paisagem natural a partir dos caminhos do gado e provocando novas doenças.

O estudo, portanto, baseia-se em documentos manuscritos coloniais do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e alguns documentos impressos que estão disponíveis no formato digital. Apresento as ideias do artigo em dois momentos, no primeiro busco compreender o universo da escravidão, da sua intrincada relação com o mundo econômico e social da capitania. No segundo momento, busco compreender a interseção entre escravidão, vida econômica e circulação de doenças. A conclusão do artigo tem como finalidade apresentar e contextualizar que o território formado pela Capitania do Piauí não estava isolado, mas sim conectado a uma dinâmica social e econômica ampla através do comércio, intensificado principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, assim como as doenças.

Comércio e escravidão no Piauí Colonial

Devido às grandes extensões de terra disponíveis para além da faixa litorânea e que adentravam aos espaços territoriais fronteiriços entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão, as fazendas de gado vacum e cavalari se constituíam como verdadeiros empreendimentos comerciais de sertanistas. Os enormes campos nos sertões localizados próximos aos rios e riachos se tornaram palcos excelentes de disputas entre sesmeiros pela conquista, ocupação e criação de gado vacum e cavalari.

Compreendemos que o gado vacum e cavalari foram agentes importantes no processo de colonização do Piauí no século XVIII, essenciais na manutenção e pujança econômica daquela sociedade. Utilizados no transporte de pessoas e de mercadorias, na produção de carnes secas, couros, na abertura de novos caminhos que interligavam um espaço a outro, além de serem excelentes para arar a terra, preparando o solo para o plantio, entre tantas outras utilidades, a criação de gado vacum e cavalari se situam entre os mais bem-sucedidos empreendimentos coloniais de ocupação dos sertões (CABRAL, 2008).

É, portanto, impossível falar da história do Piauí sem falar da pecuária. O gado *vacum* e cavalariagem movimentava não só a economia local pelos “sertões de dentro” (ABREU, 1969), mas, sobretudo, funcionava como conector de espaços e lugares distintos, tanto no Brasil, como com praças e agentes comerciais do Atlântico. De acordo com o Governador do Piauí, no ano 1786, José Teles: “anualmente se matam mil cabeças de gado, saem daquela vila quinze, dezesseis sumacas carregadas de carnes secas e couro para diferentes portos do sul este último ramo do comércio começa a estender-se já para Lisboa”.

O pesquisador Esdras Arraes faz uma excelente discussão sobre o gado e a paisagem cultural e natural no nordeste. O autor afirma que “o gado foi um elemento integrador nos sertões” já que foi esse animal que motivou inúmeros fazendeiros a saírem do Pernambuco, Bahia, Maranhão e tantos outros lugares para instalarem fazendas de gado no Piauí (ARRAES, 2012). No relatório feito pelo bacharel João Antônio da Cruz Diniz Pinheiro, ouvidor do Maranhão, em 1751, relatou que o Piauí “contém as povoações e fazendas que vem dos confins da capitania do Ceará e Pernambuco até o rio Parnaíba” e do Maranhão “compreende as que medeiam entre o dito rio Parnaíba e o Pinaré” (PINHEIRO, 1751, p. 344)

É importante perceber que o trânsito do gado pelos sertões seguia os fluxos dos rios e riachos tanto por uma questão de localização geográfica, como pela necessidade de sobrevivência das pessoas e dos animais. Os rios se configuravam como verdadeiras redes de conexões entre os espaços e facilitavam a circulação das pessoas. Esse recurso natural tinha em abundância no Piauí. Ainda de acordo com relatório de Pinheiro, ele constata ter “em todo o Estado [do Maranhão] 57 rios navegáveis fora infinitos riachos de menor conta dos quais correm seis pela capitania do Piauí: Igaruçu, Piauhy, Canidé, Gorugeia, Poty e Soroby, e um que é o Parnaíba em que todos entram pelo Sul”.

A partir desses movimentos que perpassavam os sertões do Piauí, é perceptível o quanto aquele espaço territorial estava conectado, tanto com outras regiões do Brasil, como com a Europa, consumidora da carne seca, do couro, entre outros produtos. Na mesma lógica do trânsito de

mercadorias no atlântico, o comércio das carnes e dos couros, estava conectado com as praças e circuitos comerciais de África, alimentando as redes do tráfico de escravos, servindo de trocas e de subsídio alimentar nos empreendimentos marítimos (RODRIGUES, 2005).

Mas nem sempre o Piauí foi analisado a partir dessa perspectiva das conexões. A historiadora Tânia Brandão no seu livro *A elite Colonial Piauiense* descreve o Piauí como um local isolado, como é possível perceber na citação abaixo:

O Piauí é um estado Nordestino, mas pertence a outro Nordeste, aquele cuja economia, durante a fase colonial, baseou-se na pecuária, voltada para o abastecimento interno da colônia, além da lavoura de subsistência. Sua população, oriunda, na maioria, de outras capitanias, distribuía-se pelas fazendas, sem manter contatos mais estreitos e contínuos com grandes centros [...] A sociedade se acha instalada no interior da colônia, sem vínculos mais estreitos com o mercado externo (BRANDÃO, 1995, p. 28).

Podemos argumentar contra essa afirmação, pois a produção de gado nas capitanias da região norte para além de abastecer o mercado interno eram responsáveis por suprir a demanda de inúmeras outras regiões. Já em 1711, André João Antonil em *cultura e opulência do Brasil por suas minas e drogas* e, na segunda metade do século XVIII, o manuscrito *Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí*, de autoria desconhecida, são apenas alguns exemplos de documentos que mencionam a capitania de São José do Piauí como um local em potencial para sustentar o comércio com outras regiões como: Bahia, Pará, Rio de Janeiro, Maranhão, Pernambuco, Minas, além das embarcações que saíam do litoral do Piauí, tendo como destino portos da Europa.

Durante algum tempo, os trabalhos pioneiros sobre a historiografia do Piauí argumentavam que para ocupar os sertões não necessitava de mão de obra escrava abundante e que os escravizados não tinham um trabalho muito pesado comparado a outras atividades econômicas como a mineração e os engenhos de açúcar, tendo em vista que a pecuária dependia mais dos recursos naturais do que da intervenção humana (CHAVES, 1998).

Atualmente, já podemos contestar essa visão pelo alto número de escravizados de grupos étnicos africanos que serviam como mão de obra nos sertões do Piauí. Se havia a presença de

escravizados de Angola, Jejes, Moçambiques, Rebolo, Umbaca e Guiné é porque havia uma alta demanda de trabalho nas fazendas de gado. Isso nos apresenta como a escravidão era um sistema complexo e que o tráfico não se encerrava com a chegada dos africanos aos portos, apontando para uma complexidade em torno das redes de agenciadores e atravessadores responsáveis por viabilizar esse trânsito de pessoas e de mercadorias por caminhos terrestres e fluviais nos sertões do Brasil.

A documentação que mostra a presença significativa de escravizados africanos são os registros de batismo e de casamentos e podem ser encontradas no NUPEDOCH – Núcleo de Pesquisa e Documentação em História da Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. O NUPEDOCH disponibiliza um espaço para realização de atividades e pesquisas possibilitando o acesso a documentos eclesiais do século XVIII ao século XX referentes às igrejas e paróquias do Piauí. Os documentos foram digitalizados e catalogados pelo núcleo e essas fontes vem contribuindo e incentivando a pesquisa em diversas áreas do campo historiográfico.

A natureza da ocupação dos sertões, do Estado do Brasil ao Estado do Maranhão nos mostra o quanto a instituição escrava se ramificou nas mais diversas atividades econômicas, evidenciando, desta maneira, que a jornada em torno do tráfico de escravos no atlântico não iniciava apenas nas regiões do litoral. Nesse processo de ocupação das chamadas “terras devolutas”, a criação do gado era considerada algo fácil devido ao baixo custo com o sustento desses animais e ao alto índice de reprodução. Porém, para o gado procriar era necessário um pasto adequado, já que quando se alimentavam de pastos com baixa qualidade a reprodução caía pela metade.

O clima era outro fator importante que incidia diretamente nessa atividade econômica, já que em tempos de seca morriam centenas de animais, afetando o comércio e as matanças que só podiam ser realizadas em animais que já não tinham mais condições de reproduzir. Essa atividade econômica não podia ser desenvolvida em larga escala em qualquer região, para isso era necessário ter os fatores naturais mínimos para garantir o sucesso do empreendimento, como o clima e a vegetação.

Apesar de o Piauí ser uma região propícia para a pecuária as alterações climáticas era um problema frequente. Para Solimar Lima (2015) “O trabalho humano aparecia como uma força

imperfeita frente as forças naturais e era requerido sempre que a própria natureza, em desajuste climático, por cheias ou secas, impedisse a reprodução do rebanho”. E a interferência humana na natureza causava danos ainda mais sérios, como o exemplo das oficinas/matadouros que se tornaram um ambiente propício para proliferação de doenças.

Introduzir esses animais em um ecossistema diferente, além de alterar a vida e reprodução dos animais, poderia causar uma exaustão do solo, levando facilmente o empreendimento à falência. Por mais que houvesse o desejo dos sesmeiros em ampliar o número de fazendas de gado, questões naturais interferiam diretamente no processo de colonização. Além disso, para lidar com o gado e a terra, exigia-se conhecimento especializado por parte daqueles que eram responsáveis pelo manejo do gado e da terra, ou seja, os escravizados e indígenas. A soma entre necessidade de ocupação, exploração da mão de obra indígena e intensificação do processo de incorporação das fazendas de gado *vacum* e cavalar na dinâmica Atlântica do comércio de escravos fazia com que agentes externos circulassem com mais intensidade nesses espaços. Nesse ambiente, as epidemias ganhavam um destacado papel.

“As epidemias que quase todos os anos se experimenta”

O Subtítulo acima citado, faz parte do ofício enviado pelo Governador e Capitão-General do Maranhão e Piauí, José Teles, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, com o intuito de chamar a atenção para importância que o governo deveria dar a Vila da Parnaíba “tanto pelo comércio que nela se faz quanto pelos estragos que padece todos os anos originados da epidemia que ali reina no tempo da matança dos gados cujas carnes suas constituem o principal objeto de comércio aos seus habitantes”. (TELES, 1786)

Para abastecer o mercado interno e externo a partir do comércio de carnes e de couro foram necessários a ampliação de espaços propícios para facilitar a criação e transporte próximos às áreas de exportação. Esses locais eram conhecidos como matadouros ou oficinas e a forma como

sacrificavam esses animais eram chamadas “vulgarmente de carneirada” ou “matança”. Em 1772, o Ouvidor Durão escreve a *Descrição da Capitania do Piauí* e quando se refere à Vila da Parnaíba, destaca as oficinas e o comércio de carnes naquela região, mas o que realmente lhe chama a atenção são as epidemias que ali reinava todos os anos advindas daquela atividade comercial

Como o principal negócio que nela se faz consiste nos gados que se matam nas feitorias e estas ficam arrimadas à Vila, é natural padeçam **as epidemias que quase todos os anos se experimenta**, porque o fétido que causa o sangue espalhado e mais miúdos de tantos milhares de reses que se matam no pequeno espaço de um até dois meses, corrompe o ar com muita facilidade e produz o dano apontado. As moscas e outras savandijas são tão inumeráveis que causam inexplicáveis moléstias aos habitantes e isto mesmo há de suportar precisamente toda a pessoa que vai de fora porque só no tempo de verão se pode caminhar por aquele distrito, pois de inverno por ser baixo, e alagadiço, se cobre de lagoas e faz absolutamente impraticáveis os caminhos de sorte que o povo se tem visto na consternação de padecer algumas fomes por aquela causa, no referido tempo e assim é o da matança da referida vila. (DURÃO, 1772) [Grifo meu]

Atribuir a contaminação de doenças ao “ar corrupto” era algo comum no século XVIII. Os miasmas eram emanações invisíveis e que atacavam fortemente o corpo humano, geralmente atribuída a odores fétidos, resíduos em decomposição, dejetos etc. (CORBIN, 1987). No *Dicionário de Medicina Popular* escrito pelo médico Napoleão Chernoviz no final do século XIX, define miasmas como o “ar insalubre e mortífero que d’elles esteja infectado cujas fontes são felizmente conhecidas e que podemos evitar ou destruir” (CHERNOVIZ, 1890).

Foi nesse sentido de tentar evitar ou destruir o foco causador dos ares contaminados, que o Governador José Teles intervém em forma de ofício para informar ao Secretário da Marinha e Ultramar sobre as constantes epidemias que tinham alta taxa de mortalidade na Vila da Parnaíba. O pedido era que as oficinas de matança fossem transferidas para um local mais afastado e não que fossem extintas, pois o governador entendia a importância daquele comércio e que acabar com os matadouros seria “remediar um mal e fazer outro”. Portanto, o argumento era que se os matadouros

fossem para longe, o ar não seria corrompido com as doenças relacionadas a matança do gado, ao sangue fétido, às larvas e insetos que surgiam.

Apesar daqueles locais serem um espaço de trabalho, comercialização e fonte de sobrevivência de muitos moradores daquela vila, a carneirada era um foco de disseminação de doenças e muitas epidemias. De acordo com Teles,

a maior parte dos que morrem no tempo das matanças são de febres podres, tão violentas que dentro de três dias vão a sepultura, cuja natureza de febres justamente se devem atribuir a infecção do ar maligno que respiram aqueles desgraçados habitantes. E como também consta que pela situação em que se acham na dita Vila as oficinas de Matança de gados que nelas se fazem jus de todos os anos o haver uma gravíssima epidemia entre os seus moradores em grave prejuízo do aumento da mesma (TELES, 1786.)

José Teles é enfático ao alertar sobre a gravidade das doenças e relata uma grande quantidade de pessoas mortas em pouco tempo, afirmando ter morrido nos últimos dias “trezentas e quatrocentas pessoas e que não deixa chegar aos que ali nascem a mais de sete e oitos anos de sua idade”. O governador atribui essa alta mortalidade aos matadouros, que eram responsáveis pela “corrupção do ar infeccionado do sangue e entranhas de tantos milhares de animais que os matadores abandonam nos campos”, e conseqüentemente, se tornavam “a causa destrutiva da população, pois enquanto não remover esta coisa [a oficina] não há de cessar aquele funesto efeito”

Apesar de todos esses problemas, nem todas as pessoas da vila concordaram com o seu posicionamento. Joaquim Miranda Rebelo contestou o ofício de José Teles, escrevendo outro documento relatando que as epidemias não eram, de forma alguma, fruto do comércio de gado. E rebate as acusações afirmando que a principal causa da epidemia “era ocasionada pela água que ficavam estagnadas pelas anuais inundações dos referidos rios Parnaíba e Iguaraçu” (REBELO, 1786).

Não conseguimos encontrar mais informações sobre esse sujeito, mas possivelmente, era alguém que se beneficiava com a atividade exercida nas oficinas de matança, considerando a forma que intervém na solicitação de mudança de local do matadouro. Podemos chegar a essa conclusão,

porque já era um argumento utilizado pelo próprio governador José Teles, em suas palavras: “Eu, contudo, me atrevo assegurar a V. Ex. que esse modo de pensar deles é mais por seu interesse particular que pelo do bem público pois que é da maior evidencia e observado pela experiênciã, que maior parte dos que morrem no tempo das matanças são de febres podres”.

Apesar do posicionamento de Rebelo, que as doenças estavam relacionadas as inundações dos rios, ser contrário a solicitação de José Teles, era um argumento bastante válido. Os rios eram considerados um aliado muito útil, tanto para sobrevivência, como para facilitar os deslocamentos das pessoas, mas poderiam de fato se tornar um ambiente propício para as doenças, pois quando ocorriam as enchentes a terra ficava úmida e, com o clima quente típico da região, facilitava a propagação de doenças. Além disso, a população tinha o rio Parnaíba como fonte principal para suprir a necessidade de água, mas as inundações frequentes contribuía para a sua contaminação com as “partículas imundas e capazes de causar os danos ponderados”. (TELES, 1786)

Os rios faziam parte da paisagem natural do Estado do Maranhão e Piauí. Através da extensa rede hidrográfica foi possível não só a manutenção das vidas dos povos indígenas, africanos, descendentes e dos colonizadores, mas também a manutenção do comércio, da expansão e do domínio das terras. Os movimentos e circulações de pessoas eram realizados junto ao fluxo dos rios, em consequência, as doenças também acompanhavam esse mesmo fluxo, disseminando-se rapidamente. A antropóloga Dominique Buchillet (2018) faz discussões bastante interessantes sobre a natureza das doenças que acometeram os povos indígenas na Região do alto Rio Negro. Em seu artigo ela conta que os viajantes (SPIX E MARTIUS, 1831, p. 262) relataram uma alta taxa de mortalidade de indígenas no Rio Negro e sobre o despovoamento das localidades próximas aos rios, devido as “virulentas febres intermitentes”.

Outro argumento de Rebelo contra a transferência da oficina consistia em dizer que as pessoas, “principalmente as mais miseráveis” acabariam se aglomerando aos arredores do novo local, caso houvesse a transferência do matadouro, já que os restos das carnes era parte da alimentação desses “miseráveis” que comiam “as entranhas das reses e dos ossos que ficam mal encarnados, dos

restos das reses mortais em um chão corrupto de sangue e matérias pútridas não havendo absolutamente polícia que se ocupe em aliviar esses danos nem nas justiças, nem nos administradores, senhores das ditas oficinas”.

A má alimentação de sujeitos pobres era um problema recorrente e que é bastante abordado, sobretudo na historiografia da escravidão, tendo em vista que os cativos eram os mais afetados. Porém, vale ressaltar que em períodos de crise ou até mesmo em momentos de alta na exportação de carne a Vila da Parnaíba, os açougues ficavam completamente vazios o que afetada a dinâmica alimentar de toda população, contribuindo ainda mais para o surgimento ou reaparecimento de doenças.

Nesse contexto, os escravizados e indígenas foram os sujeitos que mais sofreram com as enfermidades, principalmente porque eram os responsáveis por lidar diretamente com o trato e manejo do gado, ou seja, quando não trabalhavam nos matadouros – locais insalubres – percorriam longas distâncias para transportar o gado de um lugar para outro. Na historiografia da escravidão e da saúde, é comum os trabalhos apontarem, tendo como base as fontes históricas, que os escravizados e povos indígenas eram os principais alvos das doenças (GOMES; PIMENTA, 2016).

Apesar das doenças não atingirem apenas um determinado grupo, aqueles que tinham piores condições de vida eram os mais afetados com as bexigas/varíola, febres, diarreia, estupor etc. Além de não terem sua saúde priorizada, era o lucro que vinha em primeiro lugar e havia quem lucrasse muito com as oficinas de matança, apesar do flagelo das epidemias.

Ser um comerciante era uma atividade altamente lucrativa. Podemos citar como exemplo, o negociante da Vila da Parnaíba, João Paulo Diniz conhecido por ter aberto

um novo caminho para a extração dos referidos gados; levantando oficinas nas margens do dito rio Parnaíba oitenta legoas acima da sua foz; onde os reduz a carnes secas que carrega em barcas pelo mesmo rio até a dita vila para daí serem reexportadas à Bahia, Rio de Janeiro e Pará (ANÔNIMO, 1751).

Diniz permanece nesse negócio por bastante tempo, já que seis anos mais tarde é citado em outro documento pelo governador Teles como um exemplo de negociante abastado daquela região. Os negociantes muitas vezes não atuavam em um único ramo do comércio, mesmo porque o tráfico de escravizados era realizado concomitante a outras atividades comerciais. Em 1785, o governador José Teles escreve novamente para o Secretário da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, para falar sobre os prejuízos causados pela navegação das sumacas que vinham com escravos do Pernambuco e da Bahia para o porto do Maranhão.

O mesmo governador Teles reclama que essas capitanias têm enviado para o Maranhão apenas os escravizados que não conseguem vender. Os sujeitos que mandavam eram

Ou infeccionados de doenças e epidemias de bexigas mal cruel e mortífero ou ladrões e malfeitores que vem cometer os seus vícios e crimes, [...] e que produz um grande dano ao bem público pelo aumento dos malfeitores. É gravíssimo o prejuízo aos compradores porque ou morrem das moléstias de que vem infeccionados ou fogem e são presos pelos malefícios que cometem vindo do que a ressaltar que a lavoura não tem aumento e os lavradores a perda certa do desembolso difundiu o que poderiam aproveitar melhor aplicando seu dinheiro para comprar melhores Escravos e mais são que lhes não fossem estes (TELES, 1785).

A dinâmica econômica e política daquela região, assim como as outras sociedades coloniais, era atravessada pelos contatos e movimentação constante de pessoas para realizar o comércio, seja com o tráfico de escravos ou pela venda, compra e troca de mercadorias, logo isso se tornou um grande problema, frente as constantes epidemias que enfrentavam, as doenças atingiam principalmente corpos negros e indígenas, pois além de serem a maioria da população, tinham condições precárias de trabalho, moradia, higiene e alimentação o que compunha um cenário ideal para o desenvolvimento da doença (BARBOSA, 2008, p. 4).

Africanos, indígenas e seus descendentes eram os principais responsáveis pelo sustento e desenvolvimento da economia. Vale salientar a importância da mão de obra indígena no Piauí porque “até mesmo após a presença de escravos africanos, muitos índios continuaram coercitivamente a trabalhar em áreas produtoras de gado, nas plantações de algodão e nas lavouras de arroz” (SILVA, 2016, p. 127).

Os africanos, povos indígenas e seus descendentes são agentes históricos importantíssimos para o sucesso do empreendimento colonial português, mas paradoxalmente, são os que menos aparecem nas fontes e na historiografia. Na maioria dos casos, principalmente nos documentos históricos, quando são mencionados, são descritos como pessoas inferiores e submissas. Por esse motivo, ressaltamos a importância de uma discussão historiográfica que entende os sujeitos escravizados como agentes históricos ativos e essenciais para a manutenção e desenvolvimento da economia, dos saberes e que resistiram de diversas e diferentes formas.

Considerações Finais

Pensar tem todas as configurações geográficas, comerciais, demográficas, sociais, econômicas e políticas que surgiram devido a produção do gado vacum e cavalariças nas fazendas do Piauí nos possibilita compreender como funcionava aquela sociedade. É importante pensar na complexidade dessas relações porque é a partir delas que se constitui os processos de ocupação dos sertões.

O gado vacum e cavalariças modificou a paisagem natural daquela região, ao mesmo tempo em que esses animais eram fonte de alimentação e sustento da população, também foi motivo de epidemias perversas que tirou a vida de inúmeras pessoas. O problema das epidemias anuais causadas pela matança do gado afetou a dinâmica social, econômica e sanitária de suas regiões produtoras, sobretudo das vilas coloniais. Caso as oficinas de matança permanecessem próximos aos portos de exportação, facilitaria o comércio, contudo, essa facilidade potencializava o contágio e propagação das doenças, o que resultaria em mortes da população.

Esse problema levou a um debate que se estendeu durante meses entre as autoridades coloniais. Por mais que fosse perceptível que as matanças do gado era um sério problema sanitário, a proposta do Governador José Teles de transferir a oficina para outro local encontrou obstáculos. Se foi transferida ou não, infelizmente não temos conhecimento de documentos que nos mostre o desfecho dessa história.

Na tentativa de compreender as múltiplas dinâmicas desses espaços territoriais, ainda pouco explorados pela historiografia nacional sobre a história da saúde no contexto da escravidão na capitania do Piauí no século XVIII, pretendemos problematizar o quanto a instituição escrava vigorou nas mais distantes e diferentes partes do Império ultramarino português, não só redefinindo hierarquias e relações de poderes, mas também remodelando os próprios projetos das autoridades coloniais portuguesas prejudicados pelos infortúnios das doenças.

Sendo assim, este artigo teve como objetivo geral perceber como as doenças causadas pelas carneiradas ou oficinas de matança se constituíram em problemas que afetaram não apenas a saúde dos indivíduos, levando a maioria das pessoas a óbito, mas também alteraram questões sociais, econômicas e políticas. Concluímos afirmando que no Brasil do século XVIII, o processo da colonização, com sua estrutura comercial, escravista e de circulação de pessoas estão diretamente relacionadas ao surgimento e intensificação das doenças que passavam a fazer parte do cotidiano dessas populações.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes

CHERNOVIZ, Napoleão. **Dicionário de medicina popular**. [s.l.]: 1890.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre uma descrição do comércio de carnes e peles praticado na vila de São João da Parnaíba e sua extensão a Lisboa; a necessidade de uma alfândega no porto da Parnaíba; e as epidemias que fustigam a população, em virtude da secagem das carnes. (**Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí**) ACL_CU_016 cx. 13, doc 34. 13 fev. 1786.

OFÍCIO do ouvidor do Piauí, António José de Moraes Durão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre o envio de uma relação dos moradores, fazendas e sítios do Piauí, com as qualidades, sexo e idade. (**Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí**) Oeiras do Piauí. AHU – PIAUÍ, Cx. 10, doc. 17/AHU_ACL_CU_016, Cx.12, doc. 864. 15 de jun.1772

PINTO, José Xavier de Moraes da Fonseca. **Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão** cujo territorio comprehende hoje as províncias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e

Amazonas, Senado Federal, 1860. Disponível em:
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182849>

“RELATÓRIO do bacharel João Antônio da Cruz Diniz Pinheiro, ouvidor que foi do Maranhão, composto em 1751. Notícia do que contém o Estado do Maranhão em comum, e em particular sucintamente dentro no seu distrito”.IN_ AZEVEDO, João Lúcio de. **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Belém: SECULT, 1999,p. 346.

“ROTEIRO do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí”. In **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo LXII. Vol. 99. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900. p. 60 – 161.

SPIX E MARTIUS. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820**. 3ª Ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, Volume II, 1976.

2. Referências bibliográficas

ABREU, J. Capristano de. **Capítulos de História Colonial (1500- 1800)**. 5a. ed. Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1969.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. **As bases históricas da formação territorial piauiense**. Geosul, Florianópolis, v. 18, n. 36, p 55-76, jul./dez. 2003.

ARRAES, Damião Esdras Araujo. **Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2012.

BARBOSA, Keith. **Saúde e escravidão: aspectos da experiência negra entre Brasil e Angola na primeira metade dos dezenove**. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH, XIII, 2008, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPUH, 2008. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212975485_ARQUIVO_Artigo_ANP_HU_RIO_KeithBarbosa.pdf. Acesso em: 20/11/2020.

BRANDÃO, Tânia Maria Pires. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina, Editora da UFPI, 1999.

BUCHILLET, Dominique. Colonization and Epidemic Diseases in the Upper Rio Negro Region, Brazilian Amazon (Eighteenth-Nineteenth Centuries). **Boletín de Antropología Universidad de Antioquia** [en línea]. 2018, 33(55), 102-122

CARDOSO, Alírio. “A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)”. **Revista Brasileira de História**, v. 31, nº 61, 2011, PP. 317-338.

CABRAL, C. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. 2 Ed. São Paulo: EDUFMA, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAVES, J. Monsenhor. **A escravidão no Piauí.** Obra completa. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

DOMANSKA, Ewa. **Para Além do Antropocentrismo nos Estudos Históricos.** Trad. Eduardo Vasconcelos. Expedições: Teoria da História e Historiografia, v. 4, n. 1, p. 1-8. 2013.

GOMES, Flávio; PIMENTA, Tânia (org). **Escravidão, Doenças e Práticas de Cura no Brasil.** Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016.

HESPANHA, António Manuel. “Antigo Regime nos Trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português”. In FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **Na trama das redes: política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010. pp. 45-93.

LE GOFF, Jacques (org). **As doenças têm história.** Lisboa: Terramar, 1985

LIMA, Solimar Oliveira. A MÃO DE DEUS E A MÃO DO HOMEM: Natureza e trabalho na formação social do Piauí escravista (Brasil, sec. XVII-sec. XIX). **Revista Piauiense de História Social e do Trabalho.** Ano I, nº 01. Julho-Dezembro de 2015. Parnaíba-PI

LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). **Revista Tempo,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, dez. 1996. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg2-6.pdf. Acesso em: 30/08/2021

MOTT, Luiz. **Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade.** 2a Ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010.

PORTO, Ângela. “Fontes e debates em torno da saúde do escravo no Brasil do século XIX”. **Revista Latinoamericana Psicopatologia Fundamental.** v.11, n. 4, p.726-734, dez. 2008.

RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negro ao Rio de Janeiro (1780-1860).** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ROSENBERG, Charles E. e GOLDEM, Janet. **Framing disease: studies in Cultural History.** New Brunswick: Rutgers University Press, 1997.

RIBEIRO, Márcia Moisés. **A Ciência dos Trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII.** São Paulo: Hucitec. 1997.

SILVA, Mairton Celestino. **Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1811.** Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.